

MJR
Participações
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

MJR Participações S.A.

Botucatu - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MJR Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MJR Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2024, com ressalva, devido ao registro do crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência de PIS e da Cofins originados da decisão favorável transitada em julgada durante o exercício de 2019, da sociedade investida indireta Caio Induscar- Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. O montante original de R\$ 77.865 mil, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021 no montante de R\$ 6.246 mil, foi registrado integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, devido ao reflexo na equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício naquela data, está apresentado a maior em R\$12.623 mil, líquido dos efeitos tributários.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

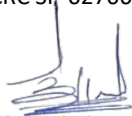
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto – SP, 23 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

MJR Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.624	22.560
Partes relacionadas – Mútuos a receber	9	15.156	13.766
Dividendos a receber	9	27.997	24.753
Outras contas a receber		2.760	2.760
Total do circulante		84.537	63.839
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mútuos a receber com partes relacionadas	9	-	15.105
		-	15.105
Investimentos	6	404.069	286.092
Propriedade para investimento	7	1.534	5.781
		405.603	291.873
Total do não circulante		405.603	306.978
Total do ativo		490.140	370.817
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		77	76
Empréstimos e financiamentos	8	-	25.007
Impostos e contribuições a recolher		-	14
Impostos de renda e contribuição social a pagar	15	1.487	1.843
Dividendos a pagar	9	59.890	-
Outras contas a pagar		281	777
Total do circulante		61.735	27.717
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	24.199	-
Partes relacionadas - Mútuos a pagar	9	8.598	8.405
Dividendos a pagar	9	-	34.790
Impostos de renda e contribuição social diferido		398	519
Outras contas a pagar		-	281
Total do não circulante		33.195	43.995
Total do passivo		94.930	71.712
Patrimônio líquido			
Capital social	10	112.292	112.292
Reserva legal	10	13.611	7.309
Reserva de lucros	10	269.307	179.504
Total do patrimônio líquido		395.210	299.105
Total do passivo e do patrimônio líquido		490.140	370.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MJR Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	11	4.641	4.374
Custos dos serviços prestados	12	<u>(765)</u>	<u>(751)</u>
Lucro bruto		3.876	3.623
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(236)	(232)
Participação nos resultados de coligadas	6	<u>121.911</u>	<u>95.204</u>
Lucro operacional		125.551	98.595
Receitas financeiras	14	10.336	21.694
Despesas financeiras	14	<u>(6.756)</u>	<u>(7.746)</u>
Receitas financeiras, líquidas		3.580	13.948
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.131	112.543
Imposto de renda e contribuição social	15		
Correntes		(3.211)	(3.550)
Diferidos		<u>120</u>	<u>(424)</u>
		(3.091)	(3.974)
Lucro líquido do exercício		126.040	108.569
Média ponderada de ações do capital social		<u>112.460</u>	<u>112.460</u>
Lucro básico e diluído por ações do capital social - R\$		<u>1,12</u>	<u>0,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MJR Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	<u>126.040</u>	<u>108.569</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>126.040</u>	<u>108.569</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MJR Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	112.292	1.881	102.149	-	216.322
Lucro líquido do exercício	-	-	-	108.568	108.568
Constituição de reserva legal	-	5.428	-	(5.428)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(25.785)	(25.785)
Constituição de reservas	-	-	77.355	(77.355)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.292	7.309	179.504	-	299.105
Lucro líquido do exercício	-	-	-	126.040	126.040
Constituição de reserva legal	-	6.302	-	(6.302)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(29.935)	(29.935)
Constituição de reservas	-	-	89.803	(89.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	112.292	13.611	269.307	-	395.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MJR Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.131	112.543
Ajustes por			
Amortização arrendamentos de imóveis		759	751
Encargos arrendamento mercantil		87	127
Equivalência patrimonial	6	(121.911)	(95.204)
Ajuste a valor presente subarrendamento		3.486	(3.963)
Juros apropriados mútuos a receber com partes relacionadas	9	(4.938)	(7.226)
Juros e variação cambial empréstimos	8	(1.010)	(3.467)
Juros apropriados empréstimos	8	675	548
		6.279	4.109
Aumento (redução) nos ativos			
Impostos a recuperar		-	2
Outras contas a receber		-	(2.760)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		3	10
Impostos e contribuições a recolher		(14)	2
Caixa gerado pelas operações		6.268	1.363
Juros pagos	8	(473)	(462)
Imposto de renda e contribuição social - pagos		(3.567)	(1.811)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.228	(910)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		1.096	9.314
Recebimento de mútuo parte relacionada		18.652	23.693
Aporte de capital em coligadas	6	(406)	(14.883)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		19.342	18.124
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(4.835)	-
Pagamento de arrendamento mercantil		(864)	(836)
Empréstimos - partes relacionadas	9	37.395	13.087
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	9	(37.202)	(7.341)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de financiamento		(5.506)	4.910
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		16.064	22.124
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	22.560	436
No fim do exercício	5	38.624	22.560
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		16.064	22.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A MJR Participações S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Deputado Dante Delmanto 3010/3020 - Botucatu, Estado de São Paulo, tendo por objeto social (a) administração de bens próprios e de terceiros e (b) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Companhia iniciou suas operações em julho de 2012.

2. Entidades da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui participação nas seguintes coligadas:

Coligadas (1)	País	Participação em 2023	Participação em 2022
Ruasinvest S.A. (anteriormente denominada RuasInvest Participações S.A)(a)	Brasil	33%	33%
Ruasinvest Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	33%	33%
FR3 Participações S.A.	Brasil	33%	33%

- (1) A Companhia possuía também investimentos nas coligadas Ambiental Transportes Urbanos S.A. e Viseu Participações Ltda. Correspondente a menos de 0,1% de participação no patrimônio líquido.
- (a) Companhia RuasInvest S.A. (anteriormente denominada “RuasInvest Participações S.A”), no primeiro trimestre de 2023, a administração mudou o nome da Sociedade para RUASINVEST S.A.

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 3.d.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 23 de agosto de 2024.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Propriedade para investimentos.
- Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

4. Políticas contábeis materiais

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

*i) **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação***

O Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

ii) *Imposto mínimo complementar global*

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii) *Informação de políticas contábeis materiais*

A Companhia também adotou a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

a) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Instrumentos financeiros

(i) ***Reconhecimento e mensuração inicial***

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento
Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

d) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo lucro presumido tendo sua base de cálculo formada por 32% do faturamento bruto, acrescido de outras receitas para fins de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e 32% do faturamento bruto, acrescido de outras receitas para fim da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Companhia constituiu o imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, devido preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

e) Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

f) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

g) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de

arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos conforme abaixo:

- Edifícios - 1 ano

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2), os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em

propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. A Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). As políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendadora não diferem daquelas do CPC 06(R1). A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

h) Propriedade para investimentos

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia realiza a análise dos indicativos de impairment conforme estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e reconhecem, se necessário, provisão para perdas nos montantes que estavam acima do valor recuperável.

i) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. Não identificadas para Companhia alterações nas normas contábeis na preparação das demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. A Companhia não espera que ocorra impactos significativos.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Companhia não espera que ocorra impactos significativos.

c) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	2	1
Aplicações financeiras	38.622	22.559
	38.624	22.560

O saldo de caixa e depósitos bancários é decorrente de recebimentos de transações comerciais e são recursos disponíveis para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia.

As aplicações financeiras são equivalentes de caixa por serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados de 5% a 120% (2022 de 5% a 129%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Investimentos

i) Saldos

	2023	2022
Ambiental Transportes Urbanos S.A.	3	3
VISEU Participações Ltda.	1	1
FR3 Participações Ltda.	7.202	7.202
Ruasinvest S.A.	389.413	270.804
RUASINVEST Empreendimentos Imobiliário Ltda.	7.443	8.081
RUASINVEST Mobilidade Urbana S/A	6	-
BRPLAST Comercial Ltda.	1	1
	404.069	286.092

O investimento na FR3 Participações Ltda., RUASINVEST Empreendimentos Imobiliário Ltda., RUASINVEST Mobilidade Urbana S.A. e Ruasinvest S.A. correspondem a 33% de participação no patrimônio líquido das mesmas, tem sua administração compartilhada e o valor do investimento reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

O investimento na Ambiental Transportes Urbanos S.A. e Viseu Participações Ltda. corresponde a menos de 0,1% de participação no patrimônio líquido, e o valor do investimento é o de custo.

ii) **Movimentação dos investimentos**

	2021	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aporte de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Dividendos	2022
Ruainvest S.A.	191.062	95.214	-	6.800		(22.272)	270.804
RUASINVEST Empreendimentos Imobiliário S.A.	-	-	-	8.081		-	8.081
FR3 Participações Ltda.	7.214	(12)	-	-		-	7.202
VISEU Participações Ltda.	1	-	-	-		-	1
Ambiental Transportes Urbanos S.A.	3	-	-	-		-	3
BRPLAST Comercial Ltda.	-	-	-	1		-	1
	198.279	95.202	-	14.883		(22.272)	286.092

	2022	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aporte de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Dividendos	2023
Ruainvest S.A.	270.804	117.872	10.964	13.199	4.569	(27.995)	389.413
RUASINVEST Empreendimentos Imobiliário S.A.	8.081	(1.039)	-	401	-	-	7.443
RUASINVEST Mobilidade Urbana S.A.	-	-	-	6		-	6
FR3 Participações Ltda.	7.202	-	-	-		-	7.202
VISEU Participações Ltda.	1	-	-	-		-	1
Ambiental Transportes Urbanos S.A.	3	-	-	-		-	3
BRPLAST Comercial Ltda.	1	-	-	-		-	1
	286.092	121.911	10.964	407	4.569	(4.341)	404.069

iii) Informações relevantes das Companhias investidas reconhecida por equivalência patrimonial

	FR3 Participações Ltda.		RUASINVEST S.A.		RUASINVEST Empreendimentos Imobiliario Ltda	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Total do ativo	21.409	21.614	1.664.834	1.117.777	21.433	24.245
Total do passivo	4	4	496.592	305.363	244	-
Patrimônio líquido	21.405	21.610	1.168.242	812.414	21.189	24.245
Resultado do exercício	(205)	3	353.652	281.331	(491)	-

7. Propriedade para investimento

Em 22 de março de 2012, a Companhia assinou com a Massa Falida de Botucatu Textil S.A., contrato de locação de imóvel com prazo estipulado de 5 anos prorrogável por mais 5 anos, a partir de 2022 está sendo prorrogado anualmente, aguardando o leilão que pode ser realizado a qualquer momento. Este imóvel tem por finalidade o subarrendamento de seus prédios a partes relacionadas do Grupo Caio-Induscar (Grupo Ruasinvest), atividade secundária da Companhia.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

Para reconhecimento desse contrato de subarrendamento de acordo com a CPC 06(R2), que entrou em vigor 01 de janeiro de 2019, foram utilizados a expectativa de receita pelo prazo restante do contrato, calculado pelo valor atual de receita com a subarrendamento do mesmo e taxa de desconto de 7,5% a.a., na renovação de 2022 a taxa de desconto utilizada foi de 13% a.a., sendo reconhecido os valores pelo investimento líquido do subarrendamento.

	2021	Realização receita	Apropriação Juros	Atualização Expectativa	2022
Expectativa de receita	999	(4.539)	-	9.834	6.294
Juros a apropriar	(12)	-	693	(1.194)	(513)
Investimento líquido	987	(4.539)	693	8.640	5.781

	2022	Realização receita	Apropriação Juros	2023
Expectativa de receita	6.294	(4.721)	-	1.573
Juros a apropriar	(513)	-	474	(39)
Investimento líquido	5.781	(4.721)	474	1.534

8. Empréstimos

a) Saldos

Modalidades	Encargos	Garantias	Último vencimento	2023	2022
Capital de giro	EUR + 4,24% a.a.	(a)	set/26	24.199	25.007
				24.199	25.007
Circulante				-	25.007
Não circulante				24.199	-
				24.199	25.007

(a) Aval concedido pela diretoria./acionistas.

Refere-se a cédula de crédito bancário celebrado com o Banco Santander, em 21 de setembro de 2021, em moeda estrangeira no montante de Euro 4.466.000, remunerados a 1,94% a.a. com pagamento de juros semestrais.

Em 14 de setembro de 2023 foi celebrado o aditamento do contrato de empréstimo no montante de EUR 4.466.000, remunerados a 4,2374% ao ano, com vencimento de principal e juros em 14 de setembro de 2026.

b) Cronograma de pagamentos

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	25.007
2026	24.199	-
	24.199	25.007

c) Reconciliação da dívida líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos de curto prazo	-	25.007
Empréstimos de longo prazo	24.199	-
Total da dívida	24.199	25.007
Caixa e equivalentes de caixa	(38.624)	(22.560)
Total disponível	(38.624)	(22.560)
Total da dívida líquida	(14.425)	2.447
	Empréstimos e	
	financiamentos	
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2022	28.388	
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Pagamento de juros	(462)	
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	
Apropriação de juros	548	
Variação cambial	(3.467)	
Dívida líquido em 31 de dezembro de 2022	25.007	
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Pagamento de juros	(473)	
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	
Apropriação de juros	675	
Variação cambial	(1.010)	
Dívida líquido em 31 de dezembro de 2023	24.199	

9. Valores a receber e pagar com partes relacionadas

Mútuo a receber

		2022	Apropriação juros	Amortização	Transferencia	2023
Ruasinvest S.A.	CP	13.766	4.938	(18.653)	15.105	15.156
	LP	15.105	-	-	(15.105)	-
	Total	28.871	4.938	(18.653)	-	15.156
		2021	Apropriação juros	Amortização	Transferencia	2022
Ruasinvest S.A.	CP	15.127	7.226	(23.693)	15.106	13.766
	LP	30.211	-	-	(15.106)	15.105
	Total	45.338	7.226	(23.693)	-	28.871

Refere-se ao parcelamento da alienação das Cotas da controlada Queluz Participações Ltda., junto a coligada Ruas Invest Participações S.A., com vencimento final em dezembro 2024.

Dividendos a receber

		2022	Apropriação	Recebimento	2023
Ruasinvest S.A.		24.753	4.340	(1.096)	27.997
		2021	Apropriação	Amortização	2022
Ruasinvest S.A.		11.795	22.272	(9.314)	24.753

Mútuo a pagar

		2022	Captação	Amortização	2023
Marcelo Ruas		8.405	37.395	(37.202)	8.598
		2021	Captação	Amortização	2022
Marcelo Ruas		2.659	13.087	(7.341)	8.405

Mútuo com Marcelo Dinis Ruas destinado a aporte de capital em investidas, prazo de 48 meses, sem incidência de juros.

Dividendos a pagar

		2022	Apropriação	Recebimento	2023
Marcelo Ruas		34.790	29.935	(4.835)	59.890
		2021	Apropriação	Amortização	2022
Marcelo Ruas		9.005	25.785	-	34.790

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito estava distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	2023 e 2022		Capital a integralizar	Participação em %
		Capital subscrito	Capital integralizado		
Marcelo Dinis Ruas	110.910	110.910	110.754	156	99,9%
Viseu Investimentos Ltda	1.550	1.550	1.538	12	0,1%
	112.460	112.460	112.292	168	100%

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com objetivo de aplicação em futuros investimentos.

d) Dividendos

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	126.040	108.568
Constituição da reserva legal (5%)	(6.302)	(5.428)
Base de cálculo dos dividendos	119.738	103.140
Dividendo mínimo obrigatório (25% e 35%)	(29.935)	(25.785)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

(i) A Companhia, realizou a distribuição de 35% sobre a base de cálculo dos dividendos no exercício de 2021, deliberado pelos acionistas em AGO, respeitando os limites descritos pelo estatuto social de 2021.

e) Distribuição de lucros

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercícios, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO. Por consequência, o saldo de reservas de lucros que excede ao capital social encontra-se a

disposição dos acionistas para deliberação na próxima AGO.

11. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional bruta		
Receitas de aluguel	4.787	4.539
	4.787	4.539
Deduções		
Impostos sobre as receitas	(146)	(165)
	(146)	(165)
	4.641	4.374

12. Custos dos serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Amortização arrendamentos de imóveis	765	751
	765	751

13. Despesas gerais e administrativas

As despesas dos exercícios foram reconhecidas integralmente pelo regime de competência.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	69	63
Impostos e taxas	161	160
Viagens e estadas	5	8
Outros	1	1
	236	232

14. Receitas e (despesas) financeiros, líquidos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	3.439	7.408
Ajuste a valor justo subarrendamento	-	7.059
Juros ativo	4.938	7.226
Receitas aplicações financeiras	1.959	1
	10.336	21.694
(Despesas) financeiras		
Variação cambial passiva	(2.429)	(3.941)
Ajuste a valor justo subarrendamento	(3.488)	(3.096)
Despesas bancárias	(55)	(30)
Despesas de juros	(697)	(552)
Encargos arrendamento de imóveis	(87)	(127)
	(6.756)	(7.746)
Receitas (despesas) financeiras, líquida	3.580	13.948

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo lucro presumido tendo sua base de cálculo formada por 32% do faturamento bruto, acrescido de outras receitas para fins de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e 32% do faturamento bruto, acrescido de outras receitas para fim da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	2023	2022
Imposto de renda	2.266	2.916
Contribuição social sobre o lucro	825	1.058
	3.091	3.974
	2023	2022
IRPJ		
Faturamento	4.787	4.539
Base (32%)	1.532	1.452
Outras receitas	7.983	9.061
Base de cálculo	9.515	10.513
IRPJ (15%)	1.427	1.577
Adicional de IRPJ (10%)	927	1.027
Despesa com IRPJ corrente	2.354	2.604
Reconhecimento de receitas futuras	(1.107)	3.910
Base (32%)	(354)	1.251
IRPJ diferido	(88)	311
Despesa com IRPJ	2.266	2.915
CSLL		
Faturamento	4.787	4.539
Base (32%)	1.532	1.452
Outras receitas	7.983	9.061
Base de cálculo	9.515	10.513
CSLL (9%)	857	946
Despesa com CSLL corrente	857	946
Reconhecimento de receitas futuras	(1.107)	3.910
Base (32%)	(354)	1.251
CSLL diferido	(32)	113
Despesa com CSLL	825	1.059
Despesa com IRPJ/CSLL	3.091	3.974
Recolhimentos trimestrais	(582)	(348)
Saldo a recolher	2.629	1.843

16. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

i) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

2023	Valor Presente	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos
Fornecedores	77	77	77	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	24.199	27.118	-	-	-	27.118
Arrendamentos	281	288	288	-	-	-
Mútuos a pagar	8.598	8.598	-	-	-	8.598
	33.155	36.081	365	-	-	35.716

2022	Valor Presente	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos
Fornecedores	76	76	76	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	25.007	25.344	235	25.109	-	-
Arrendamentos	1.058	1.152	432	432	288	-
Mútuos a pagar	8.405	8.405	-	-	-	8.405
	34.546	34.977	743	25.541	288	8.405

ii) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial. A Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira.

	2023	2022
	EUR	EUR
(Em valores nominais - milhares)		
Empréstimos e financiamentos	(4.522)	(4.490)
Exposição	(4.522)	(4.490)

Análise de sensibilidade do risco de moeda estrangeira

2023

	Cenários					
	Exposição	I - Provável	II +25%	III + 50%	IV - 25%	III - 50%
	(EUR)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Exposição patrimonial						
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(4.522)	(24.199)	(30.249)	(36.299)	(18.150)	(12.100)
Exposição passivo	(4.522)	(24.199)	(30.249)	(36.299)	(18.150)	(12.100)

2022

	Cenários					
	Exposição	I - Provável	II +25%	III + 50%	IV - 25%	III - 50%
	(EUR)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Exposição patrimonial						
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(4.490)	(25.007)	(31.258)	(37.510)	(18.755)	(12.503)
Exposição passivo	(4.490)	(25.007)	(31.258)	(37.510)	(18.755)	(12.503)

iii) *Risco de taxa de juros*

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	2023	2022
Ativos financeiros a custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	38.624	22.560
Mutuos a receber com partes relacionadas	15.156	28.871
	53.780	51.431
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	77	76

Empréstimos e financiamentos	24.199	25.007
Mútuo a pagar	8.598	8.405
	32.874	33.488

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não apresentam diferenças junto ao valor contábil.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia estão todos classificados no nível 2.

* * *